

PORTO & MAR

Demissões na Autoridade Portuária

Um total de 38 funcionários de carreira foi desligado ontem

FERNANDA BALBINO

DA REDAÇÃO

A Autoridade Portuária de Santos (APS), novo nome da Companhia Docas do Estado de São Paulo, a Codesp, demitiu 38 funcionários de carreira ontem. O Sindicato dos Empregados na Administração Portuária (Sindaport) recorreu ao Ministério da Infraestrutura para tentar evitar as demissões e não descarta ir à Justiça, caso os trabalhadores se sintam lesados.

A notícia de que empregados seriam demitidos surgiu nesta semana, após uma reunião com o corpo gerencial da empresa. Superintendentes e gerentes foram os responsáveis por escolher quem seria desligado.

Os profissionais demitidos representam cerca de 4% do total de empregados da estatal. Todos tinham salário superior a R\$ 32 mil.

Procurada, a APS respondeu, em nota, que "tomou esta decisão em vista da necessidade de readequar a estrutura da Companhia a um novo cenário que envolve a sua desestatização e altos desembolsos que exigirão um esforço de caixa adicional nos próximos anos".

A empresa informou que, entre os principais desembolsos, estão recursos destinados aos próprios trabalhadores: equacionamento do fundo de pensão comple-

mentar Portus e o PIDV.

"A seleção dos funcionários desligados foi feita por meio de uma metodologia elaborada de forma que os princípios de impessoalidade e eficiência da administração pública fossem preservados. Foram levados em conta a necessidade de pessoal em cada área, as atribuições exercidas nos últimos meses, o custo mensal desses funcionários, cuja média é superior a R\$ 32 mil por mês, e o fato de a maioria dos dispensados encontrar-se aposentada e ser beneficiária do Portus", informou a empresa.

REAÇÃO

A medida foi criticada pelo presidente do Sindaport, Everandy Cirino dos Santos. "Sabendo que temos empregados que querem ser desligados, por que mandar sem justa causa ou-



Sede da APS, em Santos: empresa demitiu 4% de seus funcionários

tros empregados? Consideramos um ato de extrema injustiça", afirmou.

O sindicalista se refere ao pedido feito à Autoridade Portuária para a reabertura do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV). Ao todo, 239 funcionários, 15,1% do efetivo da estatal, deixarão a empresa até 1º de setembro.

O prazo para adesão foi encerrado no fim de maio, mas há pessoas que gostariam de aderir, segundo o sindicato. Ao todo, R\$ 4

milhões serão economizados mensalmente com folha de pagamento dos profissionais que aderiram ao desligamento voluntário.

Cirino pretende recorrer ao Ministério Público Federal e à Justiça, na segunda-feira. E também não descarta uma manifestação na sede da Autoridade Portuária, além da paralisação de atividades. Tudo dependerá da decisão tomada com os trabalhadores demitidos.

"Somando gerentes e superintendentes, são 24 car-

gos ocupados por pessoas de fora. Se a justificativa é reduzir custos, não faz sentido manter esse pessoal. O ministro fala sobre a geração de empregos no Porto, mas a Autoridade Portuária demite. Qual é o sentido disso?", questiona Cirino.

Procurado, o Ministério da Infraestrutura informou que a questão é de responsabilidade da APS.

PIDV

Até setembro, outros 56 funcionários da Autoridade Portuária de Santos deixarão a empresa pelo PIDV. No total, 15,1% do efetivo da estatal, 239 trabalhadores, aderiram ao programa.

Inicialmente, 255 funcionários da estatal optaram pelo desligamento. Mas seis tiveram os pedidos indeferidos e outros 10 desistiram de deixar a empresa. Os incentivos para o desligamento variam de R\$ 50 mil a R\$ 400 mil.

Os desligamentos ocorrerem de forma escalonada. Até agora, 183 pessoas já deixaram a empresa. Neste mês, foram 16. Os demais sairão nos próximos dois meses. Segundo a APS, no total, serão investidos R\$ 48,6 milhões com os desligamentos.